



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

IRENE LOPES

**MEDIAÇÃO INTERNACIONAL DEPOIS DO GOLPE DE ESTADO
DE 12 DE ABRIL DE 2012 NA GUINÉ-BISSAU**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

IRENE LOPES

**MEDIAÇÃO INTERNACIONAL DEPOIS DO GOLPE DE ESTADO
DE 12 DE ABRIL DE 2012 NA GUINÉ-BISSAU**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira –UNILAB, sob a Orientação do professor Doutor Gerhard Seibert.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

IRENE LOPES

**MEDIAÇÃO INTERNACIONAL DEPOIS DO GOLPE DE ESTADO
DE 12 DE ABRIL DE 2012 NA GUINÉ-BISSAU**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, sob a Orientação do professor Doutor Gerhard Seibert.

Data de aprovação: 28/07/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Márcio André de Oliveira Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

Prof.^a Dr.^a Juliana Barreto Farias

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

LISTA DE SIGLAS

AD – Associação para o Desenvolvimento
ANP – Assembleia Nacional Popular
CEEA – Centro dos Estudos Especializados em África
CMT – Comissão Multipartidária de Transição
CNE – Comissão Nacional de Eleições
UE – União Europeia
EUA – Estados Unidos da América
FA – Forças Armadas
FARP – Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FCG-SD – Fórum Cívico Guineense-Social Democrática
FD – Frente Democrática
FDDD – Fórum da Diáspora para o Diálogo e o Desenvolvimento da Guiné-Bissau
FDS – Frente Democrática Social
FLING – Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné
FRENAGOLPE – Frente Nacional Anti-Golpe
LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos
MISSANG – Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau
MNSCPDD – Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento
ONG – Organização Não Governamental
ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
ONU – Organização das Nações Unidas
OUA – Organização da Unidade Africana
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial portuguesa
PCD – Partido da Convergência Democrática
PM – Primeiro-ministro
PRP – Partido para Renovação e Progresso
PRS – Partido da Renovação Social
PRID – Partido Republicano da Independência e Desenvolvimento
PUSD – Partido Unido Social Democrata

LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos
LIPE – Liga Guineense para Proteção Ecológica
RGB – Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá
RSDS – Reforma do Setor de Defesa e Segurança
RSS – Reforma do Setor de Segurança
SDN – Sociedade das Nações
UDEMOM – União Democrática das Mulheres
UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental
UM – União para Mudança
UNDP – União Nacional para Democracia e Progresso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO PAÍS	8
3	BREVE HISTÓRIA DA GUINÉ-BISSAU	8
3.1	A ATUAL ESTRUTURA DO GOVERNO	10
3.2	CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS DA RELEVÂNCIA POLÍTICA	11
3.3	O PARTIDO ÚNICO 1980-1994	12
3.4	A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	12
3.5	MULTIPARTIDARISMO 1994-2012	14
3.6	O CONTEXTO DO GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL DE 2012	18
4	O PAPEL DA MEDIAÇÃO PELAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PARA RETORNAR A ORDEM CONSTITUCIONAL	19
5	AS INTERVENÇÕES DAS DIVERSAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE PARA A ESTABILIDADE	21
6	JUSTIFICATIVA	22
7	OBJETIVOS	23
7.1	GERAL	23
7.2	ESPECÍFICOS	23
8	METODOLOGIA	24
9	CRONOGRAMA	25
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa é um dos requisitos exigidos para a conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades na UNILAB. O trabalho tem como tema central: Intervenção e mediação das comunidades nacional e internacional no conflito político do golpe de Estado de 12 de Abril de 2012 na Guiné-Bissau. Também, esta proposta de pesquisa sobre as intervenções e mediações da comunidade nacional e internacional após o golpe de 12 de Abril de 2012 na Guiné-Bissau, objetiva-se a analisar os impactos e resultados das diversas mediações para o retorno à estabilidade política após o referido golpe militar, no período às eleições legislativas e presidências de 2014.

O presente trabalho procura responder às seguintes indagações: Como as intervenções externas, influenciam na solução do conflito na Guiné-Bissau? As mediações externas aconteceram de uma forma parcial e independente, conforme defendeu o termo mediador? As posições dos mediadores internacionais eram consensuais ou refletiram interesses divergentes?

Palavras chaves: Golpe de Estado, instabilidade política, mediação de conflito, organizações internacionais, sociedade civil.

Se importa abordar aqui algumas definições sobre o sentido do Golpe de Estado, que também é conhecido internacionalmente como Coup d'État (em francês) e Putsch ou Staatsstreich (em alemão). O termo consiste no derrube ilegal, por parte de um órgão do Estado, principalmente as forças armadas, da ordem constitucional legítima.

Em uma outra dimensão, a expressão golpe de Estado ganhou estatuto na literatura francesa, tanto que Gabriel Naudé escrevia, em 1939, as suas considerações sobre o golpe de Estado. Para esse autor, “o golpe de Estado consiste no ato levado a cabo por um soberano ou ditador para reforçar o próprio poder. Esta decisão, segundo ele, é geralmente tomada de surpresa para evitar reações daqueles que poderiam sofrer as consequências” (TEIXEIRA, s.d. p, 7, apud BOBBIO, 1992). Com o tempo, o termo passou a fazer referência às mudanças no governo feitas na base da violação da constituição do Estado, normalmente de forma violenta, sobretudo por parte dos próprios militares. TEIXEIRA ainda salienta que: “o golpe de Estado engloba alguns elementos da tomada de poder pela força, mas ao contrário da maioria desses elementos, é executado por escassos números de pessoas já pertencentes à elite do governo, ou seja, pessoas que faziam ou fazem parte do aparelho estatal. O objetivo do golpe de Estado é a obtenção do poder por parte de um grupo de pessoas, os militares”.

O termo conflito surge quando há a necessidade de escolha entre situações que podem ser consideradas incompatíveis. Todas as situações de conflito são antagônicas e perturbaram a ação ou tomada de decisão por parte da pessoa ou de grupos.

Portanto, na existência do conflito político é indispensável a mediação como um processo pacífico de resolução de conflitos, em que uma terceira pessoa, imparcial e independente, com a necessária capacitação, facilita o diálogo entre as partes para que melhor entendam seus conflitos, busquem seus interesses a fim de alcançar soluções criativas e possíveis.

2 SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO PAÍS

A Guiné-Bissau, oficialmente República da Guiné-Bissau, é um país do continente africano, que fica situado na África Ocidental, e faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné-Conacri ao sul e ao leste e com o Oceano Atlântico a oeste. O país tem uma superfície de 36.125 km² e 1.514.451 habitantes, segundo os dados de INE¹. A população da Guiné-Bissau é constituída por mais de vinte etnias, com línguas e costumes distintos, o crioulo é tido como a língua da união, o Português a língua do país. Para além do território continental, o país inclui ainda cerca de oitenta ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós. Os territórios continentais compreendem oito regiões: Bolama, Bafatá, Gabu, Cacheu, Quinara, Tombali, Oio, Biombo, mas o setor autónomo de Bissau que é a capital. O país estende-se por uma área de baixa altitude, sendo o interior formado por savanas e a costa por planícies pantanosas. O país tem um clima tropical, com um período de chuva a partir do mês de maio à setembro, que alterna com outro de seca a partir de dezembro à abril, com vento quente vindo do deserto do Sara. A Comunidade Franco Africana- CFA, com símbolo XOF é a moeda atual.

3 BREVE HISTÓRIA DA GUINÉ-BISSAU

O primeiro europeu a lá chegar foi o navegador português Álvaro Fernandes em 1446, conforme (SILVA e SANTOS 2014, p.23), “o que é hoje a Guiné-Bissau corresponde exatamente ao território da então província da Guiné, resultante da Convenção Luso-Francesa

¹ Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas, Bissau, 2014.

de 1886 e dos sucessivos ajustamentos de fronteiras, então província da Guiné punha termo a designação em nada correspondentes à ocupação física efetiva, como Senegâmbia portuguesa ou Guiné do Cabo Verde. A Guiné-Bissau foi colónia de Portugal desde o séc. XIX passou a ser conhecida como Guiné Portuguesa”.

O tráfico de escravos, da Guiné para as Américas provavelmente teria começado em 1511 e existem documentos que comprovam um aumento crescente desse tráfico nos anos subsequentes, que atingiria valores muito significativos nas décadas e séculos seguintes, passando de algumas centenas anuais para vários milhares. (SILVA e SANTOS 2014, p.26).

Conforme Campos, (2013, P.19), aproximadamente há cinco séculos, de 1446 á 1974 os habitantes do território da Guiné travaram sangrentas lutas de resistências contra os mercadores portugueses. A partir de 1885 depois da Conferencia de Berlim, Portugal intensifica suas políticas inerentes à submissão ao pagamento dos impostos, cultivo forçado de produtos de exportação, trabalho forçado, serviço militar e subordinação total à autoridade portuguesa.

Destaque-se ainda que essas as resistências contra o colonialismo português desde o fim do séc. XIX tiveram características regionais e étnicas, devido à configuração social do território, sendo que cada grupo étnico pertence a uma terra. É neste sentido que os processos de resistências étnicas foram desencadeados de forma regional por cada grupo étnico.

São primeiras resistências denominadas de “resistências primárias”, comandadas por alguns segmentos étnicos contra a ocupação portuguesa entre 1913 e 1936, deu-se início no ano 1913 na região de Oio, e em 1914, foi a vez dos manjacos da região de Cacheu, também foram incluídos os territórios dos mancanhas da região de Bula e Có, e depois dos territórios mancanhas, as campanhas seguiram par Binar e Nhacra tabanka, dos balantas, no ano de 1915 seguiu-se a pacificação contra os papeis de Bissau, e as Ilhas dos Bijagós, (CAMPOS, 2013, p. 19).

Somente no ano 1936 se registrou a completa ocupação portuguesa no território da Guiné-Bissau, ano que marca o término das guerras de resistências, denominados também campanhas de pacificação, nas ilhas de Bijagós. É importante ressaltar que as resistências não cessarem com o fim da campanha da pacificação, mas pelo contrário ganharam um contorno político e ideológico com os movimentos nacionalistas, denominadas de “resistências secundárias” que tiveram o seu marco a partir de 1952, estes que tenham como objetivo reivindicavam a autonomia política e a independência total. (CAMPOS 2012, p.23).

Conforme a historiografia oficial, em 19 de setembro 1956, junto com outros ativistas, Amílcar Cabral fundou o PAIGC, que se traduz como um símbolo representativo do projeto

da unidade da Guiné-Bissau e Cabo-Verde; Esta ideia foi baseada tanto nos aspectos históricos, a aproximação histórica entre dois povos, que na verdade estão ligados pelos laços de ancestralidade comum., Também a política do governo português, considerava Guiné-Bissau e Cabo Verde até 1879 como uma única entidade administrativa, Neste contexto, o partido da libertação marcou-se um movimento verdadeiramente nacional, por uma única coordenação política com o objetivo da reivindicação da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, (MONTEIRO, 2013, p. 243).

A ataque às casernas do quartel português de Tite, no sul da Guiné, marcou o início da luta armada do PAIGC em 1963, que durou dez anos. No dia 20 de janeiro de 1973 Amílcar Cabral² foi assassinado em Conacri, onde participava na Conferência de Organização da União Africana, Cabral foi assassinado por um complô, segundo (Aquino Bragança Apud MONTEIRO 2013, P,190):

A execução do plano do assassinato foi comandada pelos portugueses, Pereira Crespo, e General António Spínola, com a colaboração de alguns guineenses membros e desistentes do PAIGC, que contestavam a unidade de Guiné e Cabo-Verde, e a liderança do Amílcar Cabral, com colaboração de Rafael Barbosa, Mamadu Turé, Inocêncio Kanni, Aristides Barbosa, Joao Tomás, Soares da Gama, Mamadú Ndiye, e Valentino Mangana, como os principais colaboradores para a morte do Amílcar Cabral.

O PAIGC proclamou unilateralmente a Independência da Guiné-Bissau, em Madina de Boé, no dia 24 de Setembro de 1973. Luís Cabral foi escolhido como Presidente do Conselho de Estado. Um ano depois Portugal reconheceu a independência da sua antiga colônia.

3.1 A ATUAL ESTRUTURA DO GOVERNO

Apesar do quadro constitucional democrático, os militares têm exercido parcela substancial do poder e interferiram várias vezes na liderança civil desde que as primeiras eleições multipartidárias foram realizadas em 1994.

² Amílcar Lopes Cabral

Nascimento: 12 de setembro de 1924, Bafatá, Guiné-Bissau

Formação: Instituto Superior de Agronomia de Lisboa (1945–1952)

Foi agrônomo, teórico marxista, político, Fundador do partido libertador de Guiné e Cabo-verde, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde -PAIGC.

Assassinato: 20 de janeiro de 1973, Conacri, Guiné.

Desde então, a política da Guiné-Bissau ocorre em um contexto multipartidário de um regime semipresencial, em que o Presidente é Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro é chefe de governo. O poder executivo é exercido pelo governo, enquanto o poder legislativo é exercido pela Assembleia Nacional Popular. Constitucionalmente o Poder Judiciário é independente do executivo e legislativo. Desde 1994, o sistema multipartidário é dominado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde e pelo Partido da Renovação Social, fundado em 1992.

3.2 CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS DA RELEVÂNCIA POLÍTICA

Luís Cabral (meio irmão de Amílcar Cabral), Presidente do Conselho de Estado, foi deposto através de um golpe de Estado no dia 14 de novembro de 1980, liderado por João Bernardo Vieira³, comandante da guerra de libertação. O golpe sela a separação entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, acabando com o sonho de Cabral da unificação dos dois países.

De fato, a instabilidade política na Guiné Bissau e o envolvimento das forças armadas guineenses na política deu se a sua origem no primeiro golpe de Estado, referindo (GOMES ,2014, p.428), que “no dia 14 de Novembro de 1980, sete anos após a Declaração da Independência de Madina do Boé, a República da Guiné-Bissau conheceu o seu primeiro abalo, quando João Bernardo Vieira desencadeou um golpe de Estado” {...}.Golpe que também é conhecido como “Movimento Reajustador”, de acordo com a causa imediata do referido, o autor ainda salienta que Vieira considerava injusto a introdução de patentes militares aos cabo-verdianos recém-chegados de Portugal sem nenhuma legitimidade militar, ao contrário dos verdadeiros combatentes da liberdade da pátria”. Após o golpe o sonho de Cabral da união entre os dois países desapareceu imediatamente com a demissão dos cabo-verdianos dos seus cargos nas forças armadas, e noutros postos de serviço, que depois resultou nas trocas de cartas de Joao Bernardo Vieira e Aristides Maria Pereira presidente de Cabo-Verde, os dois decidiram assim a separação, mostrando a autonomia de cada país, (GOMES, 2014, p. 428).

³ João Bernardo Vieira “Nino Vieira” João Bernardo Vieira.

Nascimento: 27 de abril de 1939, Bissau, Guiné-Bissau

Comandante, combatente libertador da Pátria

Político, por três vezes presidente da República da Guiné-Bissau, e primeiro presidente guineense eleito democraticamente.

Mandatos presidenciais: 29 de setembro de 1994 – 7 de maio de 1999, 1 de outubro de 2005 – 2 de março de 2009.

Assassinato: 2 de março de 2009, Guiné-Bissau, Bissau.

Após o golpe de Estado João Bernardo Vieira, foi eleito pela ANP como presidente de Conselho de Estado, enquanto o PAIGC continuou como partido único, pois o Estado da Guiné-Bissau não fazia parte dos estados democráticos, numa altura em que a esmagadora maioria dos países africanos era do partido único.

3.3 O PARTIDO ÚNICO 1980-1994

A estrutura política da década de 1980, sofria um enfraquecimento, o período é marcado por rumores incessantes de golpes de Estado, de intrigas, e as organizações, grupos e indivíduos que se opunham ao regime eram perseguidos dentro e fora do país. O Presidente de Conselho do Estado sem mais confiança em alguns membros do governo, como o Primeiro Ministro e todos que se aparentavam próximos deles, foram demitidos do cargo. Em 16 de maio de 1984, é adotada uma nova Constituição, em que João Bernardo Vieira, passou a acumular as funções de Chefe de Estado como a do Chefe de Governo.

Em 17 de outubro de 1985, houve uma acusação de uma conspiração política no seio do PAIGC contra a segurança do Estado. Em seguida, seis oficiais da etnia balanta que ocupavam posições no Estado foram acusados de planejaram golpe de Estado, foram detidos, torturados, julgados e condenados de morte por fuzilamento. Os opositores do regime de partido único eram vistos como inimigo e conspiradores no seio do partido, pois a liberdade de expressão era reprimido, enquanto as perseguições eram fortes. O partido obtenha de todos os poderes como sendo o único durante esse período, defendendo a legitimidade do partido libertador. (CARVALHO, 2014, p.32).

3.4 A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Sob a pressão das comunidades nacional e internacional, especificamente do Fundo Monetário Internacional, cuja filosofia é restringir o peso da atuação dos estados nacionais na economia. Neste sentido, segundo MONTEIRO, (2013, p, 244), quando essas instituições financeiras, “financiam os projetos dos estados nacionais impõem condições sobre a maneira que o financiamento deve ser investido, o que muitas vezes limita as possibilidades desses estados investirem os recursos nos programas que deveriam ser prioritários para promover o desenvolvimento local”. Apesar dessas condições impostas, dada a necessidade do momento de implementar seus projetos de desenvolvimento, o país acaba cedendo à pressão.

A partir desse compromisso assumido com a comunidade internacional, começa no interior do partido no poder, as movimentações com vistas a responder com as demandas. Banco Mundial e FMI, exigem como mecanismo para obtenção dos apoios financeiros a democratização do país, permitindo assim, a participação de outros atores. Esse período ficou conhecido como uma transição democrática, como descreve:

A abertura política na Guiné-Bissau inaugurou uma nova fase na história do país. O primeiro passo desta abertura política iniciou-se dentro do PAIGC. Na qualidade de quem conquistou a independência, se manteve no poder mais de vinte anos num regime político de partido único, e que deveria adequar as suas normas estatutárias a fim de se integrar nas regras do jogo democrático e multipartidário, (MONTEIRO, 2013, p. 89).

Neste sentido, em janeiro de 1990, o Presidente de Conselho do Estado João Bernardo Vieira anunciou a revisão da constituição da República, formou duas comissões encarregadas de fazer revisão de programa, de estatutos do PAIGC e de leis referentes à propriedade da terra. Também foi realizada a Primeira Conferência de Quadros do PAIGC, em outubro de 1990, onde surgiram as primeiras tendências dentro do partido que comungavam com a ideia do multipartidarismo. Razão pela qual, em janeiro de 1991, durante o II Congresso Extraordinário do PAIGC, o Presidente João Bernardo Vieira anunciou a democratização do país.

Em paralelo com as afirmações de MONTEIRO (2013), SEMEDO (2009), enaltece a pressão exercida pela comunidade nacional, principalmente da Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá, uma formação política formada em Portugal:

A RGB/Movimento Bafatá, surgiu em 27 de Julho de 1987 no exterior concretamente em Portugal, tendo como fundadores sua maioria estudantes jovens quadros preocupados com as atrocidades do poder político no país sob o domínio do PAIGGC. O movimento se apresentou como um grupo de oposição e de alternativa política para a Guiné-Bissau, com o objetivo de defender a existência de um estado democrático. As suas atuações refletiam mais no exterior, mas os seus reflexos aos poucos começavam a penetrar secretamente no quotidiano guineense, (SEMEDO, 2009, p. 90).

Também, foram desencadeadas internamente a iniciativa da carta 121, por parte de jovens quadros guineenses, o objetivo da carta é criar a possibilidade de espaço para o diálogo sobre multipartidarismo e liberdade de expressão. O autor ainda exaltou a posição da comunidade internacional que teve um papel determinante ao lado dos Movimentos. Em resultado disso, foi fundada Frente Democrática, um partido liderado por Aristides Menezes.

3.5 MULTIPARTIDARISMO 1994-2012

Apesar da abertura política no país em 1991, as primeiras eleições gerais se concretizaram apenas em junho de 1994. O atraso explica-se por dois motivos, políticos e econômicos: no que se refere aos motivos políticos se prende entre 1992 à 1993 com o nascimento e proliferação de várias formações partidárias, com exceção de FLING e RGB-Movimento Bafatá que já foram criadas antes da mudança constitucional de 1991. Por outro, os motivos econômicos têm a ver com a crise econômica que se instalava, neste sentido, o regime no poder não dispunha de meios financeiros para arcar com todas as despesas do processo eleitoral. Para tal, a realização das eleições só aconteceu em 1994 com o apoio financeiro do Banco Mundial e FMI.

A nova fase política da Guiné-Bissau, revelou-se mais do que necessária, visto que se tardava a democratização, pois o número dos partidos políticos nas primeiras eleições deram a prova da urgência da democratização do Estado. O país realizou as primeiras eleições presidenciais democráticas livres, no mês de junho de 1994, segundo a CNE⁴ participaram oito candidatos: (João Bernardo Vieira- PAIGC, Kumba Yalá—PRS, Domingos Fernandes- RGB-M, Carlos Gomes Júnior –PCD, François Mendy -FLING, Bubacar R. Djaló- LIPE/UM, Vitor Saúde Maria- PUSD, Antonieta Rosa Gomes- FCG-SD), e treze partidos políticos, candidataram para as eleições legislativas: PRS, RGB-MB, PAIGC, UM, PSD, AD (PCD-FD), UNDP, FDS, LIPE, FLING, PUSD, PRP, FCG-D. O povo elegeu João Bernardo Vieira como presidente, tornando-o primeiro presidente democraticamente eleito do país, enquanto o PAIGC venceu as legislativas e Manuel Saturnino da Costa tornou-se Primeiro-Ministro.

Quatro anos depois da eleição do Presidente da República João Bernardo Vieira, em 1998 surgiu a primeira guerra civil⁵, que durou 11 meses. As causas imediatas da guerra civil iniciaram-se nas vésperas do mês de junho, com a crise de venda de armas para os rebeldes de Casamansa, envolvendo militares e políticos guineenses, na altura, o Presidente da República criou uma comissão de inquérito formada por partidos políticos para investigar o caso. A comissão concluiu o inquérito e acusou o Chefe do Estado General das Forças Armadas, Ansumane Mané, de estar envolvido no tráfico das armas. Consequentemente o presidente despediu-o do cargo. Ansumane Mané, em resposta liderou uma força militar intitulada “Junta Militar” e iniciou uma guerra civil no dia 07 de junho do mesmo ano. Do lado oposto havia o

⁴ Fonte: Comissão Nacional de Eleições.

⁵ Disponível em : <http://ditaduradoconsenso.blogspot.com.br/2012/06/terra-sangrenta-cronologia-provisoria.html>>Acessado >Acessado em 17 de Dezembro de 2016.

Presidente da República, João Bernardo Vieira, com os seus seguidores leais ao governo, que foram apoiados pelos militares dos países vizinhos, nomeadamente Senegal e Guiné-Conacri. Em Bissau, esse conflito político-militar causou várias mortes, deficiências e ferimentos aos civis, e destruiu o palácio presidencial e fábricas.

Em resultado desse conflito, no mês de maio de 1999, a força armada da Junta Militar tomou o controle da capital, e o Presidente Vieira buscou exílio em Portugal. Malam Bacai Sanhá, o Presidente da Assembleia e membro do PAIGC, tornou-se Presidente de transição política.

Nesse período de transição, depois de algumas negociações, a CPLP e a Junta Militar liderada por Ansumane Mané chegaram a um acordo que permitiu a restauração democrática com a realização das segundas eleições gerais realizadas em novembro de 1999, onde participaram 12 candidatos para as presidências: Kumba Yala, (PRS), Malam Bacai Sanhá (PAIGC), Faustino Fudut Imbali (independente), Fernando Gomes, (independente), João Tatis Sá (independente) Abubacar Baldé (UNDP), Bubacar Rachid Djaló (LIPE), Joaquim Baldé (PSD), Salvador Tchongo (independente), José Catengul Mendes (FLING), Mamadu Uri Baldé (PRP), Antonieta Rosa Gomes (FCGD-SD). Para as legislativas candidataram-se 13 partidos políticos :PRS, RGB-MB, PAIGC, UM, PSD, AD(PCD-FD), UNDP, FDS, LIPE, FLING, PUSD, PRP, FCG-D.

As eleições presidências foram vencidas por Kumba Yala⁶, líder fundador do PRS em 1992. Foi empossado no dia 17 de Fevereiro de 2000, como presidente da República da Guiné-Bissau. As legislativas foram vencidas pelo PRS, e Caetano Intchama, assumiu o cargo do Primeiro -Ministro.

No dia 14 de setembro de 2003, o Presidente Kumba Yala é derrubado por um golpe militar⁷, que teve as suas causas imediatas no impasse político agravado por uma instabilidade permanente, pautada por incessantes conflitos entre quase todos os órgãos do Estado, com a

⁶ Kumba Yala

Nascimento:15 de março de 1953

Bula, Cacheu, Guiné-Bissau

Pertencente da etnia Balanta,

Líder fundador do PRS em 1992

Formado em Teologia na Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, e em Direito pela faculdade de Direito de Bissau.

Foi presidente da República da Guiné-Bissau no período de 17 de Fevereiro de 2000 á 14 de Setembro de 2003, deposto por golpe de Estado.

Morreu no dia 04 de Abril de 20014, em Bissau, vítima de um ataque cardíaco.

⁷ Disponível em: <http://ditaduradoconsenso.blogspot.com.br/2012/06/terra-sangrenta-cronologia-provisoria.html>>Acessado em 17 de Dezembro de 2016.

mutabilidade dos governos – registre-se que entre 2000 e 2003, nenhum dos primeiros-ministros (num total de quatro em três anos) cumpriu o mandato até ao fim. Ao mesmo tempo, a situação económica e social não parava de se arruinar-se e 2003 foi registrado como um ano de crescimento negativo. O referido golpe foi liderado pelo General Veríssimo Correia Seabra, que acusou-o de inépcia para resolver os principais problemas do país, como corrupção, uso arbitrário do poder e promoção de dissensões étnicas no seio das Forças Armadas. Em seguida, os partidos políticos e militares assinaram uma Carta de Transição, e um governo de transição foi posto no lugar para preparar as eleições. Poucos dias depois, logo a 28 de setembro, o empresário Henrique Rosa assumiu transitoriamente a presidência da Guiné-Bissau e António Artur Sanhá, do PRS, o cargo de Primeiro-Ministro.

O Presidente da transição, Henrique Pereira Rosa, com a ajuda da comunidade internacional convocou as eleições legislativas, que se realizou no dia 03 de março 2004, na referida eleições candidataram 13 partidos políticos: PAIGC, PUSD, PRS, PU, UM, EU, PMP, PUN, MDGFCG-SD, PDS, UNDP, PSGB e APU. O PAIGC venceu as eleições, o candidato do partido, Carlos Gomes Júnior, tomou posse ao cargo do Primeiro -Ministro no dia 10 de maio do mesmo ano.

No dia 06 de outubro do mesmo ano, um grupo de soldados liderados por Baoute Yanta Na Man tenta um golpe que fracassou. Nesta tentativa, O General Veríssimo Correia Seabra chefe de Estado-Maior do Exército foi assassinado por espancamento por um grupo de militares que tinham participado numa missão de paz da ONU na Libéria, Acusaram o General de corrupção e de promoções arbitrárias no seio das Forças Armadas. Nesta data, várias centenas de soldados amotinados atacaram o quartel-general para reclamarem os seus salários em atraso, e o General Tagme Na Waie, foi nomeado Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas.

Quando em Abril 2005 convocou-se a realização das eleições presidenciais João Bernardo Vieira regressou do exílio em Portugal para participar, Vieira se apresentou como candidato mesmo diante da proibição de concorrer a cargos públicos. Ele foi apoiado por militares e simpatizantes, com o apoio financeiro da Guiné-Conacri e do Senegal, assim como por muitos militares. No mês de junho, realizaram-se às eleições presidências onde o candidato Malam Bacai Sanhá foi o candidato do PAIGC, Kumba Yala do PRS e João Bernardo Vieira, participou como candidato independente. Apesar da sua ausência prolongada, João Bernardo Vieira venceu as eleições e se tornou presidente eleito democraticamente pela segunda vez.

Registrou-se mais uma vez um aparente golpe de Estado⁸, em março de 2009. No dia primeiro, o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, Tagme Na Waie foi morto por um atentado a bomba no seu quartel general. No dia seguinte em retaliação, o Presidente da República, João Bernardo Vieira também foi espancado e morto por um grupo de militares na sua residência. No decorrer daquele mês, Raimundo Pereira, presidente da ANP, assumiu a presidência interina, e entretanto, José Zamora Induta passou a ser Chefe de Estado General das Forças Armadas

Em 05 junho de 2009, dois políticos, Baciro Dabó, e Hélder Proença foram assassinados a tiro pelos militares. Na altura, as autoridades consideraram o ato como a tentativa fracassada de golpe, enquanto o Comunicado da Direção Geral dos Serviços de Informação do Estado disse que os dois políticos programavam um contragolpe do Estado na noite de 4 de junho, e um outro político Faustino Imbali, foi preso na mesma ocasião.

Três meses depois do assassinato de João Bernardo Vieira, forma realizadas eleições presidenciais antecipadas, no dia 26 de junho de 2009. Como nenhum dos candidatos conseguiu uma maioria absoluta de voto, houve a segunda volta dos dois candidatos mais votados, Malam Bacai Sanha de PAIGC e Kumba Yala de PRS. Finalmente, em 28 de julho em decorrência dos resultados eleitorais, Malam Bacai Sanhá foi eleito Presidente da República.

No dia 01 de abril 2010, o Primeiro- Ministro Carlos Gomes Júnior⁹ foi detido e mantido por muitas horas por oficiais militares. Também o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, José Zamora Induta foi detido e preso, assim como o Coronel Samba Djaló, chefe de comunicações das forças armadas. Ao mesmo tempo o general António Indjai assumiu o cargo de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas.

Em 2012 a Guiné Bissau registou a primeira saída de um Presidente da República devido a morte por doença. Malam Bacai Sanhá faleceu no dia 09 de janeiro daquele ano, num dos hospitais da França. Em seguida, o Presidente de ANP, Raimundo Pereira volta a assumir interinamente a presidência da República de acordo com a Constituição. Em cumprimento do

⁸ Disponível em: <http://ditaduradoconsenso.blogspot.com.br/2012/06/terra-sangrenta-cronologia-provisoria.html>
>Acesso em 17 Dezembro 2016.

⁹ Carlos Domingos Gomes Júnior

Nascimento: 19 de Dezembro de 1949 Político, presidente do PAIGC, ex-primeiro-ministro da Guiné-Bissau. Governou em dois períodos, de 10 de maio de 2004 á 2 de Novembro de 2005, e 2009 á 10 de Fevereiro 2012, por renúncia do cargo.

estipulado pela Constituição da República, as eleições presidenciais foram realizadas antecipadamente para cumprir com o prazo de 90 dias, em 18 de março de 2012.

3.6 O CONTEXTO DO GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL DE 2012

Dois dias depois das eleições, cinco dos principais candidatos às eleições, nomeadamente Kumba Yalá, candidato do PRS, Henrique Rosa, candidato independente, Serifo Nhamadjo, candidato independente, Serifo Baldé do PDSSG e Afonso Té apoiado por PRID consideram que o processo eleitoral foi fraudulento, exigindo a nulidade da votação e um novo recenseamento eleitoral credível. Contudo, no dia 23, a CNE divulgou o resultado das eleições segundo o qual Carlos Gomes Júnior, Primeiro-Ministro até fevereiro de 2012 e candidato do PAIGC, obteve 49% dos votos; Kumba Yala, candidato do PRS, conseguiu 23%; e o candidato independente Manuel Serifo Nhamadjo foi o terceiro maior votado com 15% dos votos. Perante este resultado, a CNE convocou a segunda volta das eleições.

Em 24 de março, Kumba Yalá, o segundo candidato mais votado nas presidenciais, recusou participar na segunda volta. A CNE por sua vez considerou improcedentes as reclamações de fraude eleitoral apresentadas pelos cinco candidatos derrotados na primeira volta. Por estas razões, no dia 02 de abril, a CEDEAO nomeou Alpha Condé, presidente da Guiné-Conacri, como mediador do impasse eleitoral na Guiné-Bissau. Contudo, Kumba Yalá não reconheceu o mediador da CEDEAO, enquanto a organização lembrou aos militares guineenses a responsabilidade de respeitar escrupulosamente a ordem constitucional e o poder político.

Perante a situação do impasse do conflito eleitoral e do não reconhecimento do resultado por parte dos cinco candidatos liderados por Kumba Yala, no dia 05 de abril a CNE suspendeu o início da campanha eleitoral para a segunda volta das presidenciais. Como o clima do impasse acionado sobre a referida segunda volta continuou, no dia 11 de abril, esta foi remarcada pela CNE para o dia 29 de abril.

No meio da contestação eleitoral militares deram um golpe de Estado em 12 de abril de 2012. O candidato Carlos Gomes Júnior e Raimundo Pereira, o Presidente da República interino, foram detidos por militares. O processo eleitoral em curso, foi obstruído por este golpe militar. Como já referido, as Forças Armadas guineenses tiveram o seu envolvimento em todos os golpes sucessivos. De acordo com DE SOUSA (2013, p.87), a principal razão apontada para

esta situação de fragilidade foram as constantes interferências dos militares na esfera civil e política, bem como as alianças de poder estabelecida entre políticos e militares.

Este autor ainda pormenoriza o acontecimento descrevendo que:

A democracia, o desenvolvimento e a relativa estabilidade que se viviam na Guiné-Bissau sofreram um enorme contratempo após mais um golpe militar. No dia 12 de abril de 2012, às Forças Armadas ocuparam a televisão e a rádio nacional, a sede do PAIGC e atacaram com morteiros e granadas a residência do candidato Carlos Gomes Júnior, O Presidente da República interino, Raimundo Pereira, foi preso na sua residência por militares, tal como o primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior. Apesar da gravidade dos ataques não houve derramamento de sangue, (SOUSA, 2013, p. 89).

O citado acontecimento abonou o fim da segunda volta das eleições, coagiu o exílio do Presidente interino, e do candidato do PAIGC, Carlos Gomes Júnior, pois certamente o principal objetivo dos golpistas era derrubar o governo no poder. No dia seguinte, 13 de abril militares já dividiam entre si os principais lugares da nova estrutura de transição, desempenhando o papel de colaboradores necessários para a mediação e cúmplices do golpe de Estado. (DE SOUZA, 2013, p. 90).

4 O PAPEL DA MEDIAÇÃO PELAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PARA RETORNAR A ORDEM CONSTITUCIONAL

A Guiné-Bissau como sendo Estado membro das organizações multilaterais; ONU, CEDEAO, UA, e CPLP, estes estiveram preocupadas com a situação do país, e consequentemente, intervieram em diversos assuntos internos relacionados com os conflitos da crise política. Algumas instalaram gabinetes, e missões na Guiné-Bissau, para melhor pudessem intervir e mediar para retornar a estabilidade política e paz no país. Essa reação externa contra golpe foi acelerada internacionalmente, essas posições foram generalizadas nos dias seguintes as declarações das organizações internacionais sucederam-se: Essas organizações acima referidas, exigiam entre outros, o retorno imediato e absoluto à ordem constitucional; a conclusão do processo eleitoral e por fim, foi decidida a aplicação de sanções aos golpistas. Embora essas demandas não foram concretizadas.

Conforme SOUSA (2013, p,92), apesar dos discursos da CPLP, UA e ONU, não terem modificados, a CEDEAO, que tinha condenada igualmente o golpe, acaba por mudar a sua posição e apresenta como solução, a mediação entre as partes para se encontrarem as

modalidades para uma transição consensual, esta solução defendida pela CEDEAO para a resolução do conflito manteve os golpistas no poder sem qualquer sanção e rejeitou a conclusão do processo eleitoral em curso, de modo que a organização impôs assim à população guineense um Presidente, um Primeiro-ministro e um Governo, através da assinatura do pacto da transição; o lugar de Presidente da República de transição é ocupado, por Serifo Nhamadjo, ex-primeiro vice-presidente da ANP e deputado do PAIGC, foi membro do Parlamento da CEDEAO durante 11 anos, incluindo um ano na qualidade de vice-presidente do parlamento da mesma organização, no lugar do Primeiro-ministro é escolhido, Rui de Barros, ex-ministro das finanças e economia, apoiante do PRS. A solução negociada com a CEDEAO e os golpistas previu também nos seus termos a mobilização para o terreno, de um contingente militar daquela organização, com cerca de 600 militares, intitulada ECOMIB, com o objetivo de auxiliar no processo de transição. Ainda o autor ressalta, que esta atitude tomada pela CEDEAO, como a solução para a mediação, está bem afastada da linha defendida a priori, pela a mesma, partindo do princípio da tolerância zero para os golpes de Estado.

Em contrapartida num Relatório Especial Nº 02 do Centro de Estudos Estratégicos de África, descreve que abordagem da CPLP tem sido abertamente contrária à da CEDEAO, pois, os líderes depostos no golpe tinham representado o país nas cimeiras da CPLP realizadas em julho. A organização não reconheceu as autoridades de transição e defende a retoma imediata da ordem constitucional, (O'REGAN e THOMPSON, 2013, pág.28).

A CPLP e a CEDEAO têm de um modo geral proposto soluções marcadamente distintas para estabilizar o país após o golpe de 12 de abril de 2012, e apoiaram redes distintas, agravando assim a crise política e avigorando as rivalidades no seio da classe dirigente guineense.

A condenação do golpe por parte da comunidade internacional e o consequente isolamento externo teve como uma das primeiras e principais consequências o corte nos programas financeiros de ajuda internacional. O Banco Mundial, a União Europeia, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e vários outros doadores multilaterais e bilaterais suspenderam os seus programas de ajuda. Estes cortes necessariamente agravaram ainda mais a situação desastrosa das contas do país. Como é do conhecimento geral, o orçamento geral do estado guineense tem sido suportado pela comunidade internacional e pelos seus programas de cooperação, (SOUSA, 2013, P.90).

As organizações multilaterais têm as possibilidades do consenso para uma eficiência nas medições e exercer esforços a diferentes níveis para promover a estabilidade e a reconciliação, harmonizando assim os fios da mediação, como um dos meios para o consenso entre si, e a capacidade para uma mediação eficaz na Guiné-Bissau.

Foram registados alguns progressos neste contexto no final de 2012 e no início de 2013, exemplificados pelas missões conjuntas de avaliação na Guiné-Bissau levadas a cabo pelas cinco principais organizações multilaterais (UA, CPLP, CEDEAO, UE e ONU), o chamado P5, que intervieram na mediação da crise política para o retorno a estabilidade e a consolidação da paz

Ainda o relatório acima referido destaca; que a CPLP tem cultivado laços mais estreitos com o maior partido político, o PAIGC, além de ser uma organização amplamente respeitada pelos guineenses. A CEDEAO, em contrapartida, com uma presença maior em Bissau, dispõe de um conjunto de meios mais robustos para gerir a paz e a segurança na África Ocidental e goza de mais ampla legitimidade em toda a região e possui recursos específicos. Além disso, tem um bom relacionamento com a liderança militar da Guiné-Bissau, por outro lado a da ONU, com a sua missão na Guiné-Bissau, que é a organização com quadros mais numerosos, maior orçamento, presença constante e credibilidade junto de intervenientes nacionais e internacionais, era o órgão mais bem posicionado para reforçar a cooperação no terreno e a coordenação entre agentes internacionais. Esta estava a funcionar em permanência desde 1999, primeiro como Gabinete das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau e a seguir, desde 2009, como Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) (O'REGAN e THOMPSON, 2013, pág. 47).

5 AS INTERVENÇÕES DAS DIVERSAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE PARA A ESTABILIDADE

No seio da população guineense sendo a principal vítima das consequências dos golpes de Estado, uniram-se as vozes através das iniciativas da Sociedade Civil, envolvendo várias frentes, movimentos e organizações, líderes tradicionais e religiosos, como também as organizações e movimentos no exterior do país. Estes usaram diversos meios, carta abertas, marchas, como formas de intervirem junto aos seus políticos e militares para uma solução que possibilitará a saída do país da instabilidade para o retorno as normas constitucionais.

Num relatório da plataforma das ONGD¹⁰ do dia 09 de maio de 2012 afirma que:

¹⁰ Fonte: Iniciativas da Sociedade Civil. Disponível em: <https://guinebissaudocs.wordpress.com/iniciativas-para-a-paz/> >Acessado em 07 de Janeiro de 2017.

Desde o golpe de Estado de 12 de Abril na Guiné-Bissau que vêm surgindo documentos de posição, manifestos e outras iniciativas da sociedade civil a condenar o golpe de Estado e a apelar à restituição da ordem constitucional no país, as principais ONG guineenses, e os membros da ampla frente patriótica FRENAGOLPE, divulgaram um manifesto sobre o impacto do golpe de estado nas comunidades, dando vários exemplos das implicações diretas desta situação na população guineense. Seguiu-se por um manifesto divulgado pelos intelectuais guineenses e da LGDH que tem divulgado diversas que tomadas de posição. Foi lançada também uma petição, fruto de uma iniciativa cívica internacional, apelando ao fim dos golpes de Estado na Guiné-Bissau.

As intervenções por parte da Sociedade Civil guineense perante a instabilidade foram fortemente repreendidas, o clima de perseguição e intimidação pelos militares contra os ativistas que manifestavam contra o golpe e reclamando o retorno a ordem constitucional acabam por terminar em espancamentos, até então, alguns desses manifestantes encontram-se exilados em Portugal.

O líder de uma ampla frente contra o golpe, Iancuba Djola Indjai foi capturado e espancado pelos militares, tendo sido posteriormente abandonado fora de Bissau, com evidentes sinais de maus tratos. Este tem sido uma das vozes mais contestatárias das atuais autoridades de transição, exigindo o regresso do Governo democraticamente eleito. Dias depois, Silvestre Alves, advogado e presidente do Movimento Democrático Guineense, foi também detido e espancado brutalmente, sendo igualmente abandonado nos subúrbios de Bissau, com várias fraturas e ferimentos.

Perante os relatos insistentes de que a situação em Bissau se encontra muito tensa a Liga Guineense dos Direitos Humanos em comunicado revela que “está em curso uma caça ao homem”, com perseguições por todo o país, e ainda afirmou também que recebeu diversos pedidos de proteção, (SOUSA, 2013, p.103).

Vale ressaltar que, diante das perseguições e espancamentos as iniciativas não cessaram, a Sociedade Civil guineense, mostrando cada vez mais preocupado com a instabilidade, confiante na mediação como uma forma passiva para a saída do país na lamaceira da crise não só política, mas sim econômica e desestabilizadora que assolava a Guiné-Bissau.

6 JUSTIFICATIVA

A elaboração desta pesquisa partiu da necessidade de conhecer e entender melhor a política e as intervenções externas em geral, sobretudo as mediações após o golpe de 12 de abril

de 2012. Perante esse trabalho encontrei um grande oportunidade e paixão para leitura dos documentos para o referido trabalho, e um despertar nos acompanhamentos da política guineense a fim de perceber a relação do sistema político guineense com as mediações externas.

Ressalto a importância da proposta do tema em estudo de caráter científico, apesar de poucas obras sobre esse tema em língua portuguesa, o presente trabalho contribuirá cientificamente na produção e teorização de dados que, posteriormente, servirá de alavanca para próximos trabalhos, Também, pode servir de material didático para utilização na UNILAB. Na perspectiva política, confiante que este material, provavelmente, através da sua disponibilização na internet, e na Biblioteca da UNILAB, e a minha partilha com demais leitores ajudará a sociedade guineense a um envolvimento abrangente sobre a instabilidade política que afeta o país desde as primeiras décadas da sua independência. Também, oferecerá aos dirigentes guineenses um embasamento teórico para compreender como as instabilidades têm afetados diretamente o processo de desenvolvimento do país. Por outro lado auxiliará na autonomia da referida Sociedade Civil na decisão do rumo do país, participando assim nas iniciativas que visam a contribuição da estabilidade, exigindo consenso nas tomadas de decisões por parte das intervenções externas e os mentores da instabilidade, com o intuito de solucionar as coordenações dos mediadores externos, participando de um modo igualitário nas mediações e tomada das decisões.

7 OBJETIVOS

7.1 GERAL

Procurar compreender o papel das intervenções e mediações da comunidade nacional e internacional na crise político-militar provocada pelo golpe de Estado de 2012. Analisar o impacto e os resultados da intervenção e mediação segundo os relatórios das representantes, delegações, e a sociedade civil guineense no diálogo e ação no exercício da paz e estabilidade.

7.2 ESPECÍFICOS

a) Análise da política guineense desde o golpe de 1980 e o papel da classe castrense na política nacional a partir de 1980 até 2012.

b) Descrever e analisar o contexto político imediato que culminou com o golpe de 2012 e as suas consequências, nomeadamente as reações da sociedade civil guineense e das diversas organizações regionais e internacionais.

c) Destacar os impactos das intervenções, nas crises que a Guiné-Bissau enfrentou depois do golpe, os dois anos do governo de transição até às eleições legislativas de 13 de abril e presidenciais de 18 de maio de 2014.

d) Analisar as várias iniciativas de mediação regional e internacional comparando as posições e medidas diferentes que estas tomaram perante a crise provocada pelo golpe:

1) CEDEAO; 2) UE; 3) CPLP; 4) ONU.

e) Examinar o papel dos políticos, partidos políticos e das várias organizações da Sociedade Civil guineense nas tentativas de encontrar solução da crise.

f) Analisar as posições dos militares e golpistas em relação às intervenções e mediações nacionais e internacionais

8 METODOLOGIA

Este projeto orienta-se na base de uma pesquisa qualitativa, para um trabalho desta natureza é indispensável uma pesquisa bibliográfica, Segundo MARKONI E LAKATOS (2001, p,42) assim conceituam a pesquisa bibliográfica: “trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”. Ainda identificam que os procedimentos metodológicos conectados à pesquisa bibliográfica são: identificação e a localização das obras referentes ao tema em catálogos; sumários, sites de busca; leitura de resumos de artigos, monografias, dissertações e teses, em bibliotecas reais ou virtuais documentos selecionados com o critério da pertinência para melhor análise e eficiência do trabalho.

Seguindo estas orientações, o trabalho apropriará dos livros, disponíveis para a consulta na Biblioteca da UNILAB e na internet, teses e dissertações encontrados no google , relatórios e cartas das delegações e organizações internacionais disponíveis no site de IPRIS View Points, site de Gabinete das Nações Unidas, securitycouncilreport ,ECOWAS/CEDEAO, site Guiné-Bissau docs que contem relatórios e outros documentos sobre CPLP, OUA, e UE, também as cartas e manifestos da Sociedade Civil Guineense e as organizações da Ação Cidadã, Frentes , as notícias nos jornais online ,O Democrata, Público, jornais impressos Nô Pintcha, Expresso

Bissau, e os artigos escritos por guineenses, disponíveis nos blogs: ditadura do consenso, e conasaba. Também o acesso do google acadêmico como um espaço confiável na obtenção das definições dos termos usados durante a escrita, os áudios nas rádios emissoras do País, concretamente Radio Difusão Nacional, e Radio Sol Mansi.

9 CRONOGRAMA

SEMESTRE	Atividades			
	Levantamento bibliográfico	Revisão da literatura	Seleção de dados e conteúdo, e a escrita	Redação final e a entrega
3º Semestre	X			
4º Semestre	X	X		
5º Semestre	X	X	X	
6º Trimestre		X		X

REFERÊNCIAS

- AUGEL, Moema Parente. *O desafio do Escombros: Nação, Identidade e Pos-colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- CAMPOS, Américo. *História de Guiné-Bissau em datas*. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Documents/Docx/histc3b3ria-da-guinc3a9-bissau-em-datas.pdf> >Acesso em 12 de Fevereiro de 2017.
- BRAS, Luís Manuel Bernardinho. *A gestão de conflitos e a conflitualidade em África. Uma problemática a temporal*. Sol Nascente. Revista do Centro de Investigação sobre Ética Aplicada(CISEA). P.163-212/s.d.
- CARVALHO, Celisa dos Santos Pires. *Guiné Bissau: A instabilidade como regra*, 2014, 63f. Dissertação (Mestre em Ciências Políticas Cidadania e Governação) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa.
- CARVALHO, Ana Larcher. *Intervenções Externas no Sector da Segurança na Guiné-Bissau*. Lusíadas. Políticas Internacionais e Segurança, v.04 p.48-70/2010.
- DE SOUSA, Miguel Girão. *Guiné-Bissau: O golpe militar de 12 de Abril e a necessidade da reforma do sector de segurança*. Lusíada. Política Internacional e Segurança, v.08 p. 85-115, /2013.
- DJAU, Malam. *Trinta anos de golpes de Estado na Guiné-Bissau: Uma análise da elite militar*, 2016. 58f. Dissertação (Mestre em Ciências Políticas). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- ESPADA, Valeria Maria Guimarães. *União Africana: Um estudo sobre a mediação de conflitos*. 2009. 60f. Dissertação (Bacharel em analista de relações internacionais) - Universidade de Belo Horizonte.
- GOMES, Daniel F. Franco. *O 14 de Novembro de 1980 na Guiné-Bissau visto pela Imprensa Portuguesa. Análise Comparativa*: Revista Portuguesa de História, Coimbra, v.45, p. 481-506, /2014.
- LAKATOS. Eva Maria, MARCONI. Marina de Andrade. *Referências bibliográficas: Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MENDES, Livonildo Francisco. *Democratização na Guiné-Bissau por uma mudança de mentalidades*. 2010. 109f. Dissertação (Mestre em Sociologia) -Universidade de Coimbra, Coimbra.
- MONTEIRO, Artemisa O.Candé. *Guiné-Bissau: Da luta armada à construção do Estado e Nação conexões entre o discurso da unidade nacional e diversidade étnica(1959-1994)*. 2013. 289f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Universidade Federal da Bahia, Salvador.

NÓBREGA, Álvaro Correia. *Guiné-Bissau: um caso de democratização difícil (1998-2008)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2015.

O PAÍS, Redação. *Guiné-Bissau: O golpe de estado de 14 de Novembro de 1980*. 09 Janeiro 2012. Disponível em: <http://www.portaldeangola.com/2012/01/o-golpe-de-estado-de-14-de-novembro-de-1980/>>Acesso em 07 Janeiro 2017.

O'REGAN Davin; THOMPSON Peter: *Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África*: Relatório Especial do CEE Nº2.2013

ONU, nota do secretariado. *Ficha de informação ao conselho de segurança sobre a Guiné Bissau*. Ditadura do consenso blog, Bissau 05 de Junho 2012. Disponível em: <https://guinebissaudocs.wordpress.com/2012/06/06/fact-sheet-for-the-security-council-briefing-on-guinea-bissau/>>Acesso em 17 Dezembro 2016.

RAMOS, Alfredo O. Gonçalves. *Prevenção e resolução de conflitos. O papel das Organizações regionais africanas no espaço lusófono*. 2006. 99f. (Curso de promoção de oficial Militar) – Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa.

SEMEDO, Rui J. da Conceição. PAIGC, *A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 á 1990)*. 2009.80f. Dissertação (Mestre em Ciência Política) -Universidade Federal.

SILVA, F. Henrique; SANTOS, Mario. Beja. *Da Guiné-Portuguesa á Guiné-Bissau: Um roteiro*. 1.ed. Porto :Fronteira do Caos editores,2014de São Carlos, São Paulo.

SILVA, Henrique Francisco Terra sangrenta- *Cronologia provisória dos factos e acontecimentos políticos mais marcantes da história da Guiné-Bissau*. Ditadura do consenso blog, Bissau 01 Junho 2012. Disponível em: <http://ditaduradoconsenso.blogspot.com.br/2012/06/terra-sangrenta-cronologia-provisoria.html>>Acesso em 17 Dezembro 2016.

TEIXEIRA, Ricardinho Dumas: *Golpe de Estado na Guiné-Bissau, 1998-2003*. s.d.Disponível em:<http://www.didinho.org/Arquivo/GOLPEDEESTADONAGUINEBISSAU19982003.pdf> >Acesso em 14 de Março de 2017.

VOA, Redação. *Guiné-Bissau: Golpes, contra golpes e assassinatos*. Bissau 26 dezembro 2011. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/article-12-26-bissaucouphistory-voanews-136226353/1261868.html>>Acesso em 12 Janeiro 2017.

ZEVERINO, Guilherme, Jorge Rodrigues. *O Conflito Político-Militar na Guiné-Bissau (1998-1999)*. 2005.148f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e Centro de Documentação e Informação. Lisboa.